

Sumário

Introdução	1
I. Aspecto estrutural da obra	7
1. Constitucionalismo e (Direito à) Saúde	11
1.1. Novo direito constitucional brasileiro e (Direito à) saúde	14
1.2. Modelos de Sistemas de Saúde	26
1.3. (Direito à) Saúde	32
1.3.1. Medical Law (Direito Médico)	39
1.3.2. Public Health Law (Direito da Saúde Pública)	39
1.3.3. Health Care Law (Direito das Prestações de Saúde)	39
2. A dinamização sistêmica do Direito à Saúde	41
2.1. Perspectiva global	41
2.2. Perspectiva Brasil	50
3. A Judicialização da Saúde.....	57
3.1. O problema e sua dimensão no Brasil.....	65
3.1.1. Opiniões contrárias à judicialização da saúde:.....	78
3.1.1.1. Princípio da separação dos poderes e legitimidade política dos poderes Executivo e Legislativo para definirem políticas	78
3.1.1.2. Racionalização da administração pública.....	87
3.1.1.3. Argumento do “tiro pela culatra”	95
3.1.1.4. Argumento da reserva do possível no orçamento público	98
3.1.1.5. Argumento da isonomia ou equidade	103
3.1.2. Opiniões favoráveis à Judicialização da Saúde:	107
3.1.2.1. Princípio moral – Dignidade da Pessoa Humana	107

3.1.2.2. Argumento nacionalista – contra a importação da doutrina da reserva do possível.	108
3.1.2.3. Neoconstitucionalismo – da Constituição depreendem-se direitos subjetivos, exigíveis judicialmente.	112
3.1.2.4. Argumento da ponderação de princípios.	113
4. O estilo de atuação da função jurisdicional e o Ativismo Judicial	119
4.1. Sistemas common law e civil law.....	119
4.2. Discricionariedade Jurídica	125
4.3. Marcas do sistema do Brasil	130
5. Os argumentos do ativismo judicial na Saúde diante do contexto de Direito Constitucional Brasileiro.....	137
5.1. A atividade jurisdicional contra legem no Direito Constitucional da Saúde no Brasil	159
6. Conclusão.....	165
Bibliografia	175